DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO VENEZUELANA: UMA ANÁLISE À LUZ DE TOCQUVILLE E LEFORT

Felipe Aquino Domiciano¹
Camila Oliveira Barbosa de Moraes²
Wátila de Moura Sousa³

RESUMO

Através das obras de Alexis de Tocqueville e Claude Lefort, investigamos como os desafios políticos e sociais impostos pela imigração em massa da Venezuela afetam os princípios democráticos e os direitos humanos. Nessa abordagem, destacamos as tensões entre a inclusão dos imigrantes e as demandas por soberania nacional, assim como as respostas institucionais e sociais a esses desafios. Ao final, propomos reflexões sobre as possíveis soluções para conciliar a proteção dos direitos humanos com as exigências democráticas.

Palavras-chave: Democracia; Direitos Humanos; Imigração.

DEMOCRACY AND HUMAN RIGHTS IN THE CONTEXT OF VENEZUELAN IMMIGRATION: AN ANALYSIS IN THE LIGHT OF TOCQUVILLE AND LEFORT

ABSTRACT

Through the works of Alexis de Tocqueville and Claude Lefort, we investigate how the political and social challenges posed by mass immigration from Venezuela affect democratic principles and human rights. In this approach, we highlight the tensions between the inclusion of immigrants and the demands for national sovereignty, as well as the institutional and social responses to these challenges. In the end, we propose reflections on possible solutions to reconcile the protection of human rights with democratic demands. Democracy; Human rights; Immigration

Keywords: Democracy; Human rights; Immigration.

Recebido em 01 de fevereiro de 2025. Aprovado em 03 de março de 2025

¹ Universidade Federal de Goiás (UFG). felipeaquino@discente.ufg.br

² Centro Universitário UniAraguaia (UniAraguaia). camila.morais@uniaraguaia.edu.br)

³ Universidade Federal de Jataí (UFJ). watila.sousa@ufj.edu.br

INTRODUÇÃO

A imigração venezuelana tem sido um tema de grande relevância no cenário político e social da América Latina nos últimos anos. Com a crise econômica e política que assola a Venezuela, milhares de venezuelanos tem buscado refúgio em países vizinhos, como Brasil, a procura de melhores condições de vida e segurança (Carvalho, 2023).

Nessa perspectiva, dados divulgados pela Plataforma R4v, mantida pela Organização das Nações Unidas (ONU), revelam que até novembro de 2023 havia 7.722.579 venezuelanos deslocados no mundo. Desse total, dados disponibilizados pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), em parceria com Organização Internacional para a Migração (OIM) e com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), revelam que, entre janeiro de 2017 e dezembro de 2023, 1.028.634 venezuelanos entraram no Brasil e 539.206 permaneceram.

Assim, a democracia e os direitos humanos foram colocados a prova. A maneira como os países recebem e lidam com os imigrantes venezuelanos revela muito sobre o compromisso com os princípios democráticos e os direitos fundamentais, já que é um reflexo direto de seus valores e princípios. Destaca-se que a crise humanitária na Venezuela levou milhões de pessoas a buscar refúgio em outros países, especialmente na América Latina. A resposta a essa crise varia significativamente de país para país, revelando diferentes abordagens em relação aos direitos humanos, à democracia e à solidariedade internacional.

Nessa perspectiva, as obras de Tocqueville (2008) e Lefort (2007) oferecem importantes insights para a compreensão da questão da imigração venezuelana. Tocqueville, em "A democracia na América", destaca a importância da participação cidadã e da proteção das minorias como pilares de uma democracia saudável. Lefort, por sua vez, aprofunda a reflexão sobre a natureza do poder democrático e a necessidade de um espaço público plural e aberto ao diálogo.

Aplicando essas reflexões ao caso da imigração venezuelana, podemos analisar criticamente as políticas de acolhimento e integração implementadas pelos países receptores. É fundamental garantir que os direitos dos imigrantes sejam respeitados, que haja acesso a serviços básicos e oportunidades de inclusão social, e que sua participação na vida política e social seja fomentada. A criação de espaços de diálogo e a promoção da interculturalidade são essenciais para a construção de sociedades mais justas e acolhedoras.

Diante desse cenário complexo e multifacetado, este estudo busca responder à seguinte questão central: como a imigração venezuelana desafia e potencializa os princípios democráticos nos países receptores? Para tanto, serão analisados os impactos da imigração venezuelana na democracia e nos direitos humanos, à luz das obras de Alexis de Tocqueville e Claude Lefort, buscando compreender as tensões, os desafios e as oportunidades que essa crise migratória apresenta para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e democráticas.

A metodologia a ser utilizada neste estudo será de natureza qualitativa, combinando pesquisa bibliográfica e documental com análise de dados secundários. A pesquisa bibliográfica se concentrará nas obras de Tocqueville e Lefort, buscando identificar conceitos e teorias relevantes para a análise da imigração venezuelana. A pesquisa documental envolverá a análise de documentos oficiais, como leis, políticas públicas e relatórios de organizações internacionais, que abordem a questão da imigração venezuelana e seus impactos na democracia e nos direitos humanos. A análise de dados secundários se baseará em estudos e pesquisas já realizados sobre o tema, buscando identificar tendências, padrões e lacunas no conhecimento existente.

Para tanto, o primeiro capítulo abordará os desafios democráticos a partir da imigração venezuelana, como as tensões motivadoras para a imigração e como a sociedade receptora tem reagido a essa imigração; no segundo capítulo será abordado as ideias de participação e democracia a partir da imigração venezuelana; e no terceiro capítulo será analisado os desdobramentos políticos e econômico da imigração venezuelana.

Migração Venezuelana E Desafios Democráticos

A crise política, econômica e social na Venezuela, que assola a sua democracia – travestida por um regime autoritário por trás de instrumentos democráticos, levou a uma das maiores crises migratórias da história recente da América Latina. Milhões de venezuelanos fugiram do país em busca de segurança, estabilidade econômica e oportunidades de vida. Essa migração em massa apresenta diversos desafios para as democracias receptoras, que precisam lidar com questões como inclusão social, acesso a serviços públicos e integração cultural.

Nesse contexto, as democracias enfrentam a necessidade de equilibrar a proteção dos direitos dos imigrantes com as demandas por segurança e coesão social. Tocqueville (2008) argumenta que a democracia traz consigo o risco da "tirania da maioria", onde as maiorias podem restringir os direitos das minorias. Em outras palavras, é um conceito político que descreve uma situação em que a maioria de uma população, em um sistema democrático, toma decisões que oprimem ou prejudicam os direitos das minorias. No caso da migração venezuelana, isso se reflete nas tensões entre políticas de inclusão e medidas restritivas de migração, que podem violar os direitos humanos dos imigrantes, como a imposição de leis e políticas que discriminam ou excluem direitos, que fomentam perseguições, ódio, discriminações, dentre outras.

Além disso, a migração venezuelana pode ampliar as divisões sociais e políticas dentro das democracias receptoras. Lefort (2007) concebe a democracia como um regime aberto, onde a luta pelo poder é contínua e a legitimidade é constantemente questionada. A chegada de imigrantes pode intensificar essas disputas, alimentando o populismo e o nacionalismo, que ameaçam os princípios democráticos de pluralismo e tolerância. Nesse sentido, as democracias receptoras têm adotado uma variedade de respostas para lidar com os desafios colocados pela migração venezuelana. Políticas de regularização de imigrantes, programas de integração cultural e medidas de apoio humanitário são exemplos de abordagens adotadas por alguns países. No entanto, essas respostas nem sempre são eficazes ou suficientes para garantir a proteção dos direitos humanos dos imigrantes.

As instituições democráticas também enfrentam pressões para fortalecer os mecanismos de controle de fronteiras e migração, muitas vezes em detrimento dos direitos dos imigrantes (Carvalho, 2023). Tocqueville (2008) adverte sobre os perigos do "despotismo democrático", onde o Estado exerce um controle excessivo sobre a vida dos cidadãos em nome da igualdade. No contexto da migração venezuelana, isso se traduz em políticas de securitização que sacrificam os direitos individuais em nome da segurança nacional (Moura, 2023). Nessa perspectiva, Lefort (2007) criticava a ideia de que os imigrantes precisavam se assimilar completamente à cultura do país de acolhimento. Ele defendia o direito dos imigrantes à diferença cultural e à preservação de suas identidades. Assim, os direitos humanos podem ser utilizados como instrumentos para proteger a diferença cultural dos imigrantes e garantir sua inclusão na sociedade receptora (Oliveira, 2021). No mesmo sentido, Tocqueville (2008) argumentava que os imigrantes, a partir da migração americana, traziam consigo novas ideias, energias e culturas, que contribuíam para o dinamismo e a prosperidade da sociedade.

Nesse aspecto, José Afonso da Silva (2016) argumenta que a igualdade é o fundamento e fim da democracia, mas Tocqueville (2008), ao observar que a sociedade americana era caracterizada por uma igualdade de condições socioeconômicas, entende a igualdade como um conceito complexo e multifacetado, de modo que a igualdade era compreendida não apenas no aspecto socioeconômico, mas também político (igualdade de direitos políticos para todos independente da origem social ou riqueza) e civil (igualdade perante a lei para todos os cidadãos).

Diante dos desafios colocados pela migração venezuelana, é fundamental buscar soluções que promovam a proteção dos direitos humanos e preservem os princípios democráticos, tal como trabalhado por Tocqueville, isto é, no âmbito socioeconômico, político e civil. Isso requer um esforço conjunto das instituições governamentais, da sociedade civil e da comunidade

internacional para desenvolver políticas inclusivas e sustentáveis de acolhimento e integração de imigrantes (Silva, 2017). Ao enfrentar os desafios da imigração venezuelana, as democracias têm a oportunidade de reafirmar seus compromissos com os direitos humanos e a inclusão social, fortalecendo assim os fundamentos éticos e políticos de suas sociedades.

Democracia E Participação Na América Latina

A América Latina possui uma história complexa com a democracia, marcada por períodos de autoritarismo e ditaduras. Nas últimas décadas, a região vivenciou um processo de redemocratização, com a consolidação de regimes democráticos em diversos países. No entanto, a democracia na América Latina ainda enfrenta desafios, como a desigualdade social, a corrupção e a fragilidade das instituições (Santos, 2019). Nessa perspectiva, Lefort (1999, p. 372), no livro “Desafio da Escrita Política”, argumenta que:

O regime democrático não leva somente a instituir um campo simbolicamente diferenciado, de tal sorte que toda prática e todo modo de conhecimento - e; por meio destes, toda experiência do mundo - se veem confrontados a um limite, também suscita a imagem de uma realidade em si. A negatividade que opera para a rejeição de um poder que goza de uma legitimidade absoluta vai de par com a afirmação de um ser completamente positivo sobre o qual os homens não têm domínio. Por isso, impõe-se, simultaneamente, a ideia de uma necessidade estranha à ordem da lei.

Entende-se, assim, que a democracia também implica na negação de um poder absoluto e inquestionável. O poder na democracia é limitado e sujeito ao controle do povo. A democracia cria um espaço onde diferentes práticas, conhecimentos e experiências coexistem e se confrontam. Isso significa que não há uma única verdade ou forma de ver o mundo, mas sim uma multiplicidade de perspectivas, como política, econômica e humanitária.

No contexto venezuelano, a crise política, econômica e humanitária é marcada pela hiperinflação, escassez de bens, fome e violência, fatores estes que levou um número crescente de pessoas a migrarem para o Brasil (Martins, 2022). A crise política iniciou-se em 1998, com a eleição do então presidente Hugo Chávez, que implementou políticas socialistas, como a nacionalização de empresas e a criação de programas sociais (Lavine, 2019). Com a morte de Chávez, Nicolás Maduro assumiu a presidência e continuou com as políticas socialistas de Chávez, porém uma crise econômica, motivada pela queda dos preços do petróleo, corrupção generalizada e repressão das liberdades civil, levou a insatisfação popular do governo e tentativas de tomada do poder pela oposição, porém infrutíferas (Alvarado, 2018).

A venda dos royalties de petróleo representa 90% da economia venezuelana (AIE; ONU, 2023). Com a queda dos preços do petróleo, a máquina pública, tida como burocrática e ineficaz, realizou cortes nos gastos públicos. Somado aos cortes, a corrupção, caracterizada pelo desvio de verbas públicas, encontra-se presente em todos os níveis de governo (Alvaro, 2018). Além disso, as sanções econômicas impostas pelo governo americano também afetam a economia do país (Lavine, 2019). Em consequência, o cenário é de escassez generalizada de alimentos, medicamentos e outros bens essenciais, a elevação do número da pobreza social e o aumento da mortalidade infantil (Al-Ali e Malkki, 2012; Bakewell, 2014). No entender de Tocqueville (2000, p.403):

Depois de ter colhido assim em suas mãos poderosas cada indivíduo e de o ter moldado a seu gosto, o soberano estende seus braços sobre toda a sociedade; cobre a superfície desta com uma rede de pequenas regras complicadas, minuciosas e uniformes, através das quais os espíritos mais originais e as almas mais vigorosas não poderiam abrir-se caminho para ultrapassar a multidão; não quebra as vontades, mas amolece-as, submete-as e dirige-as; raramente força a agir, mas opõe-se sem cessar a que se aja; não destrói, impede que se nasça; não tiraniza, incomoda, oprime, desvigoriza, extingue, abestalha e reduz enfim cada nação a não ser mais que um rebanho de animais tímidos e industriais, de que o governo é o pastor.

Assim, a imigração venezuelana representa um desafio complexo para as democracias latino-americanas. Por um lado, a chegada de um grande número de imigrantes pode sobrecarregar os sistemas de saúde, educação e assistência social dos países de acolhimento. Por outro lado, a imigração também pode trazer benefícios, como a diversificação cultural, a contribuição para o mercado de trabalho, dentre outros.

Nessa perspectiva, as ideias de Lefort (1986; 2007; 2008) sobre o poder e o espaço público podem ser utilizadas para pensar a integração dos imigrantes venezuelanos. A inclusão dos imigrantes no espaço público é fundamental para que possam participar da vida democrática e reivindicar seus direitos. Isso significa garantir o acesso à informação, à educação e à participação em processos deliberativos. Cumpre mencionar, aqui, que a integração local é um processo complexo e gradual com dimensões jurídicas, econômicas, sociais e culturais. Impõe exigências consideráveis tanto ao indivíduo como à sociedade receptora.

A integração local é um processo com três dimensões inter-relacionadas. Em primeiro lugar, é um processo legal, através do qual os imigrantes recebem uma gama progressivamente mais ampla de direitos e prerrogativas por parte do Estado anfitrião, incluindo, eventualmente, direitos de residência permanente e a aquisição de cidadania. Em segundo lugar, a integração local pode ser considerada um processo econômico. Ao adquirirem uma gama mais ampla de direitos e prerrogativas, os imigrantes também melhoram o seu potencial para estabelecer meios de subsistência sustentáveis, para atingir um grau crescente de autossuficiência e para se tornarem menos dependentes da ajuda estatal ou da assistência humanitária. Terceiro, a integração local é um processo social, que permite aos imigrantes viverem entre ou ao lado da população de acolhimento, sem receio de discriminação, exploração ou abuso por parte das autoridades ou da população de acolhimento.

No entanto, a inclusão dos imigrantes no espaço público também implica a necessidade de contestar relações de poder baseadas na discriminação e na xenofobia. A sociedade civil e as organizações de migrantes têm um papel crucial nesse processo, promovendo o debate público e denunciando violações dos direitos humanos. Assim, Tocqueville (2000) analisa o desenvolvimento da democracia nos Estados Unidos. Para ele, a democracia se caracteriza pela participação política do povo, pela igualdade de condições e pela liberdade individual. Tocqueville também destaca a importância da associação civil e da tolerância para o bom funcionamento da democracia.

Para Tocqueville (2000), a igualdade é um princípio fundamental da democracia. Ela se manifesta na igualdade de direitos políticos, na igualdade perante a lei e na igualdade de oportunidades. A liberdade, por vez, é outro princípio fundamental da democracia. Ela se manifesta na liberdade de expressão, na liberdade de associação e na liberdade de religião. A participação política é essencial para o bom funcionamento da democracia. Ela se manifesta através do voto, do debate público e da atuação em associações civis. As associações civis são importantes para a democracia porque permitem que os cidadãos se unam para defender seus interesses comuns. A tolerância é fundamental para a democracia porque permite que pessoas com diferentes opiniões convivam pacificamente.

As ideias de Tocqueville sobre a democracia podem ser úteis para pensar a imigração venezuelana. A igualdade, a liberdade e a participação política são princípios que devem ser considerados na integração dos imigrantes. As associações civis podem ter um papel importante na defesa dos direitos dos migrantes. A tolerância é fundamental para evitar a xenofobia e o discurso de ódio. Nessa sistemática, Lefort (2008) propõe uma análise crítica da democracia. Para ele, a democracia não se resume ao exercício do voto, mas sim à construção de um espaço público onde o poder é contestado e dividido. Lefort também destaca a importância da igualdade e da liberdade para a democracia.

Assim surgem desafios como a integração socioeconômica (no mercado de trabalho e na vida social), xenofobia e discriminação (combater o discurso de ódio e promover a tolerância e

a diversidade) e a fragilidade institucional (implementação de políticas públicas eficazes de integração). Por outro lado, vislumbra-se oportunidades, como a diversificação cultural (valorização da cultura venezuelana e promover o diálogo intercultural), contribuição econômica (força de trabalho e empreendedorismo) e fortalecimento da democracia (a inclusão dos migrantes no espaço público pode enriquecer o debate público e fortalecer a sociedade civil).

Para ilustrar os desafios e oportunidades relacionados à imigração venezuelana, é possível apresentar exemplos concretos de políticas públicas e iniciativas da sociedade civil, como a Operação Acolhida, que faz parte das políticas de integração, as organizações da sociedade civil regionais, como a Cátedra Sérgio Vieira de Mello da UFG e a Pastoral do Imigrante.

Desdobramentos Políticos E Sociais Da Migração Venezuelana

A imigração venezuelana desencadeia uma série de desafios políticos e sociais que impactam diretamente as estruturas democráticas e os direitos humanos nas nações receptoras (Martins, 2022). Em um contexto em que a democracia é constantemente testada por suas próprias contradições e desafios, a chegada em massa de imigrantes venezuelanos apresenta novas camadas de complexidade.

A sobrecarga nos sistemas políticos das nações receptoras é uma das primeiras consequências visíveis da imigração venezuelana. A necessidade de lidar com questões relacionadas à imigração, como políticas de fronteiras, regularização de imigrantes e acesso a serviços públicos, pode desviar a atenção dos governos de outros assuntos importantes e gerar tensões políticas internas (Santos, 2019).

Nesse sentido, Tocqueville (2008) alerta para o risco de uma democracia enfraquecida pela sobrecarga de demandas e interesses conflitantes. Se não forem tomadas medidas adequadas para lidar com os desafios impostos pela imigração, os sistemas políticos podem se tornar menos responsivos e eficazes, minando assim a legitimidade das instituições democráticas.

Além das pressões políticas, a imigração venezuelana também gera tensões sociais e culturais dentro das sociedades receptoras. A chegada de imigrantes pode desencadear sentimentos de ressentimento e hostilidade entre diferentes grupos sociais, alimentando o discurso xenófobo e o preconceito (Santos, 2019).

Lefort (2007) argumenta que a democracia é um regime de abertura, onde a diversidade de opiniões e identidades é reconhecida e respeitada. No entanto, a imigração em massa pode desafiar essa abertura, levando alguns setores da sociedade a defender políticas de exclusão e homogeneização cultural.

Os impactos econômicos da imigração venezuelana também são significativos e podem afetar tanto os imigrantes quanto as comunidades receptoras. Por um lado, os imigrantes muitas vezes enfrentam dificuldades para encontrar emprego e acesso a serviços básicos, o que pode aumentar sua vulnerabilidade econômica e social. Por outro lado, as comunidades receptoras podem enfrentar pressões sobre os recursos públicos e o mercado de trabalho, o que pode gerar ressentimento e conflito (Almeida, 2022). Tocqueville (2008) argumenta que a igualdade de condições é essencial para a estabilidade democrática, mas a desigualdade econômica pode minar esse princípio e criar divisões sociais.

A imigração venezuelana coloca em evidência os desafios enfrentados na proteção dos direitos humanos dos imigrantes. Embora os direitos humanos sejam universalmente reconhecidos como fundamentais, a implementação eficaz desses direitos muitas vezes esbarra em obstáculos políticos, econômicos e sociais (Oliveira, 2021).

Um dos principais desafios para os direitos humanos dos imigrantes é o acesso à justiça e à proteção legal. Muitos imigrantes venezuelanos enfrentam obstáculos significativos para obter documentação adequada e garantir seus direitos legais, o que os deixa vulneráveis à exploração e ao abuso (Carvalho, 2023).

Lefort argumenta que a democracia requer um sistema jurídico que garanta a igualdade perante a lei e proteja os direitos individuais. No entanto, a imigração venezuelana expõe as falhas e deficiências dos sistemas jurídicos das nações receptoras, que nem sempre conseguem garantir a plena proteção dos direitos dos imigrantes.

Outro desafio importante é garantir a segurança e a proteção social dos imigrantes venezuelanos. Muitos imigrantes enfrentam condições precárias de vida e trabalho, o que os expõe a riscos de violência, exploração e discriminação.

Tocqueville argumenta que a democracia deve proteger os direitos individuais e promover o bem-estar comum. No entanto, a imigração venezuelana revela as lacunas nos sistemas de proteção social das nações receptoras, que muitas vezes falham em garantir condições dignas de vida para todos os membros da sociedade.

A imigração venezuelana representa um teste crucial para os princípios democráticos e os direitos humanos nas nações receptoras. Ao enfrentar os desafios impostos por essa migração em massa, as democracias têm a oportunidade de reafirmar seus compromissos com a inclusão social, a igualdade perante a lei e a proteção dos direitos individuais.

Para isso, é essencial adotar uma abordagem abrangente e colaborativa que envolva o governo, a sociedade civil e a comunidade internacional. Através do diálogo, da cooperação e do respeito mútuo, podemos desenvolver políticas e práticas que promovam a integração e a dignidade dos imigrantes venezuelanos, ao mesmo tempo em que fortalecem os fundamentos éticos e políticos de nossas sociedades democráticas.

CONCLUSÃO

Em suma, a imigração venezuelana, em sua magnitude e complexidade, apresenta um desafio sem precedentes para os países receptores, demandando respostas que estejam à altura dos princípios democráticos e dos direitos humanos. Nessa perspectiva, a imigração venezuelana é um problema regional que exige uma resposta internacional coordenada. Os países da América Latina, em conjunto com organismos internacionais como a ACNUR, devem trabalhar juntos para garantir a proteção dos direitos dos migrantes e a sua integração digna nas sociedades de acolhimento. Além disso, é um desafio complexo para as democracias latino-americanas, mas também apresenta oportunidades para o seu fortalecimento.

A integração digna dos imigrantes exige um compromisso com os princípios da democracia e dos direitos humanos, como o combate à xenofobia e a construção de um espaço público inclusivo. As ideias de Tocqueville e Lefort sobre a democracia, a participação e o poder oferecem lentes valiosas para pensar os desafios e oportunidades da imigração venezuelana, já que este é um fenômeno que tende a se prolongar no tempo.

É importante que os países da América Latina se preparem para os desafios futuros, investindo em políticas públicas de integração e promovendo a inclusão dos imigrantes na vida social, econômica e política. Por fim, a análise proposta neste estudo, fundamentada nas obras de Tocqueville e Lefort, busca lançar luz sobre as nuances desse fenômeno, explorando tanto os desafios quanto as oportunidades que ele apresenta para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e democráticas. Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para o debate público e para a formulação de políticas públicas mais eficazes e humanas, que garantam a proteção dos direitos dos imigrantes venezuelanos e sua integração na sociedade de acolhimento.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA (AIE). Venezuela. Paris: AIE, 2023.
- AL-ALI, N.; MALKKI L. "Introduction: Refugee Studies in Motion." In: AL-ALI, N.; MALKKI L.; KOSER, K. **The Cambridge Handbook of Refugee Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-30, 2012.
- ALMEIDA, M. C. O direito à diferença cultural dos imigrantes: uma perspectiva lefortiana. **Revista de Estudos Políticos**, v. 180, p. 153-174, 2022.
- ALVARADO, L. "Chávez, a Venezuela e a crise política." In: LIMA, L. H. A.; JÚNIOR, J. F. **A América Latina no século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, p. 123-144, 2018.
- BAKEWELL, O. "Refugees, Forced Migration and Security." In: BAYLIS, J.; KEELEY, J.; SMITH, S. **The Handbook of Security Studies**. Oxford: Oxford University Press, p. 359-379, 2014.
- CARVALHO, M. L. M. **A imigração venezuelana no Brasil: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2023.
- LAVINE, D. H. "Venezuela: a crise política e seus antecedentes". In: LEVINE, D. DH.; O'DONNELL, G. (Orgs.). **A América Latina em crise: democracia, autoritarismo e populismo**. São Paulo: Paz e Terra, p. 119-144, 2019.
- LEFORT, C. **A invenção democrática**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- _____. **A invenção democrática: os limites da dominação totalitária**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- _____. **Desafio da escrita política**. São Paulo: Editora Discurso, 1999.
- _____. **Ensaio sobre o político**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.
- _____. **Penser la politique: autour de Machiavel**. Paris: Gallimard, 1986.
- MARTINS, A. **A crise venezuelana e a migração para o Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2022.
- MOURA, C. A imigração venezuelana e o "despotismo democrático": uma análise à luz de Tocqueville. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 15, n. 30, p. 123-145, 2023.
- OBMigra. Observatório de Migrações. **Resumo Executivo Relatório Anual 2020**. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/Resumo%20Executivo%20_Relat%C3%B3rio%20Anual.pdf. Acesso em: 7 jul. 2024.
- OLIVEIRA, J. P. Imigração e direitos humanos: a perspectiva de Lefort. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, v. 104, p. 115-138, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano da Venezuela**. Caracas: ONU, 2023.

R4v. **Plataforma de Coordenação Interagencial para refugiados e migrantes da Venezuela**. 2023. Disponível em: <<https://www.r4v.info/en/refugeeandmigrants>>. Acesso em 09 jan. 2024.

SANTOS, B. A diferença cultural como direito: uma reflexão a partir de Lefort. **Sociedade e Estado**, v. 34, n. 3, p. 567-589, 2019.

SILVA, A. C. Lefort e a questão da imigração: uma análise crítica. Dilemas: **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 12, n. 3, p. 457-478, 2020.

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 37^a ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2016.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **A democracia na América**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AGRADECIMENTO

O presente artigo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.